



Após aprovação da PEC 231/95 pela Comissão Especial que analisou o assunto, mobilização pela redução da jornada de trabalho é intensificada, com manifestações em todo o Brasil, reunindo milhares de pessoas.

Página 6

Je

Jornal do Engenheiro

Beatriz Arruda



Ato na Avenida Paulista, em São Paulo, engrossa luta nacional.

Campanha pelas 40 horas ganha as ruas



ENGENHARIA PÚBLICA EM PAUTA

EM VIGOR DESDE 24 de junho último, a Lei nº 11.888, que assegura às famílias com renda até três salários mínimos assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, vem sendo objeto de debates que visam a sua implementação, o que exige regulamentação no âmbito local. Nesse espírito, aconteceu no auditório do SEESP, no dia 7 de agosto, o seminário estadual sobre o tema (*leia matéria na página 5*), reunindo especialistas, autoridades e, muito importante, os profissionais que poderão atuar efetivamente nos projetos.

Entre outros pontos, o evento teve como conclusões a necessidade de pensar o modelo de gestão, operacionalização e financiamento da prestação do serviço. O programa a ser instituído para tanto foi considerado um tema candente ao desenvolvimento urbano, que integra o direito à moradia saudável e deve ser parte crucial do plano de habitação. Além de garantir qualidade às moradias popula-

res, adequada assistência técnica deve assegurar economia durante a construção, uma vez que está prevista inclusive orientação não somente durante a obra – o que diminuirá o desperdício –, mas também na compra dos materiais a serem utilizados. A discussão continuaria, nacionalmente, em novo evento promovido pelo Ministério das Cidades nos dias 17 e 18, também em São Paulo. A nova legislação – comemorada por quem milita pelo fim do déficit habitacional no Brasil, assim como por cidades mais planejadas e com melhor qualidade de vida – é considerada pela nossa categoria um importante passo para que seja assegurada à população a engenharia pública. A ideia de que a construção de moradia popular exige assistência técnica, desde o projeto à execução da obra, passando pela escolha dos materiais e regularização do terreno, é antiga para os engenheiros. Um esforço nesse sentido se consolidou com a criação do Promore (Programa de Moradia Econômica), lançado pelo SEESP em 1988 na cidade de Bauru e estendido depois a Ribeirão Preto, Rio Claro, Piracicaba e Campinas. Desde então, mais de 15 mil famílias já foram beneficiadas. O sindicato fornece assistência técnica feita por

profissionais habilitados, assegurando serviço de qualidade a baixo custo. A Prefeitura entra com a isenção de tributos e facilidades na aprovação da planta. Além da segurança de ter o acompanhamento

SEESP entra no debate pela regulamentação e implementação da Lei 11.888, que garante assistência técnica pública e gratuita, e trabalha para ampliar o Promore.

adequado, o grande diferencial é que, embora sejam habitações populares, o projeto é personalizado. Agora, o SEESP faz um esforço para aprimorar o Promore e torná-lo um instrumento de implantação da Lei 11.888/08 nos municípios. Além disso, ainda limitados àqueles de menor poder aquisitivo, a meta é que tais benefícios possam chegar a uma parcela maior da população, abrangendo a classe média, que também poderia fazer bom uso de serviços de arquitetura e engenharia assegurados pelo poder público.



JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy; **Conselho Editorial:** Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Antonio Roberto Martins, Fernando Palmezan Neto, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Edilson Reis, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Maxwell Wagner Colombini Martins, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. **Colaboração:** Delegacias Sindicais. **Editora:** Rita Casaro. **Repórteres:** Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Lucélia de Fátima Barbosa. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Diagramadores:** Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Revisora:** Soraya Misleh. **Apoio à redação:** Cyro Soares e Maurício Hermann. **Sede:** Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. **E-mail:** imprensa@seesp.org.br. **Site:** www.seesp.org.br. **Tiragem:** 23.000 exemplares. **Fotolito e impressão:** Folha Gráfica. **Edição:** 16 a 31 de agosto de 2009. **Artigos assinados** são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

ANATEC
ASSOCIAÇÃO DE PUBLICAÇÕES



Do sonho à realidade

Cid Barbosa Lima Junior

ONTEMEU TIVE UM SONHO, que virou um pesadelo. Nele, uma certa empresa implantou um programa que limpava as praias do Litoral Sul. Porém, a partir daí, as águas já começaram a ficar turvas, embora a mesma companhia continuasse a alardear inúmeros projetos para melhorar a vida de todos. Criou o programa “Onda legal” no Litoral Norte, que não saiu do papel. Criou o “Córrego Legal” e dizia que deixara 45 córregos limpos, quando em verdade deu conta de apenas dois.

Porém, essa empresa começou a fazer outras estripulias. A chamada para a reunião de diretoria era a sirene de incêndio. Depois de várias correrias por causa dos supostos riscos de fogo, os funcionários acostumaram-se. Já dos cartões corporativos não se fazia alarde, não se prestava contas à população.

A companhia detestava os funcionários, tanto que resolveu dispensar os contratados em nome da Constituição de 1988. Em seguida, voltou atrás. Quis demitir mediante um PDI (Plano de Demissão Incentivada) cerca de 2.500 empregados, mas não conseguiu. Daí, o governador sugeriu que fosse retirado da gaveta um processo contra esses empregados, que adormecia em uma repartição estadual. Também não teve êxito. Os trabalhadores ganharam uma liminar na Justiça.

A companhia entendeu, logo no início, que os funcionários eram todos ignorantes, assim trouxe inúmeros assessores para cargos (obviamente de livre provimento), criados por “absoluta necessidade”. Diante dessa concepção acerca dos empregados, manteve e acelerou a terceirização.

Em meu pesadelo,
a empresa detestava
os funcionários,
que sempre
pagavam a conta.

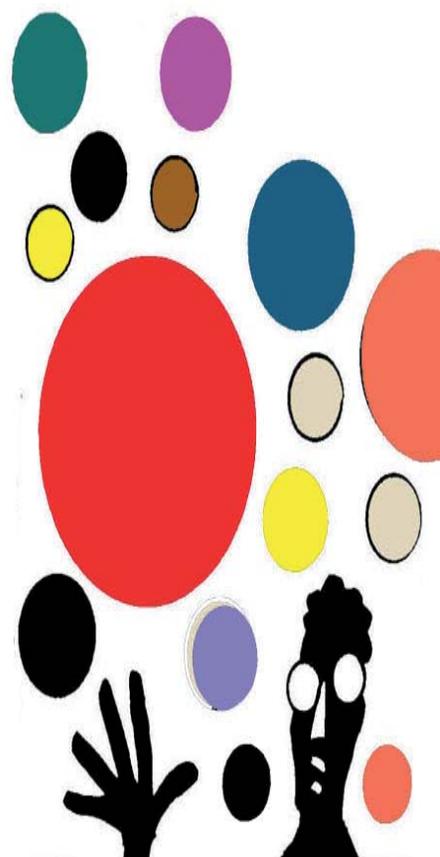
Passaram a existir atos secretos. Eram as DDIs (Deliberações de Diretoria Interina) classificadas como confidenciais, semiconfidenciais (atos secretos, mas que todos sabiam o porquê) e abertas (às quais a patuleia interna podia ter acesso). Quando tudo parecia se acalmar, a empresa resolveu arranhar a Constituição, fixando as metas e objetivos de 2009 para a Participação nos Resultados (os lucros foram cortados anteriormente), sem a participação dos sindicatos.

Insatisfeita ainda com a plebe ignara, resolveu acabar com o plano previdenciário vigente – o maior patrimônio dos funcionários – e criar outro, sem o respaldo dos empregados, fadado a falir no momento do nascimento.

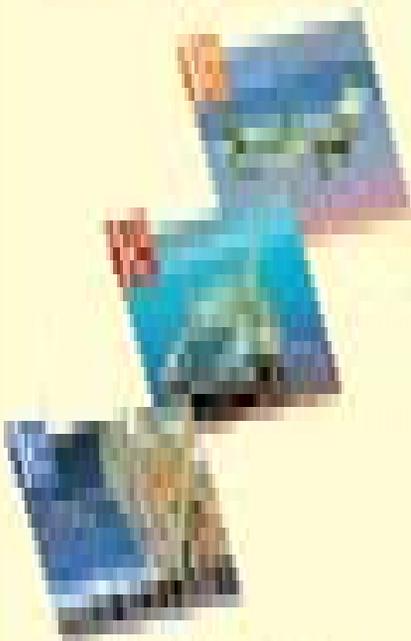
Apesar de nunca aceitar os empregados na direção da fundação previdenciária e de ter o voto de Minerva no Conselho Deliberativo, a empresa entendia que o déficit atuarial por ela criado era responsabilidade do corpo funcional e, portanto, esse deveria pagar metade da conta.

Estava ficando agitado e suando, quando fui acordado por minha esposa, que disse que tudo era um pesadelo. Ainda bem!

Cid Barbosa Lima Junior é engenheiro



Qual o horizonte
que sua empresa
quer alcançar?



Divulgue seu
produto ou serviço
nas organizações
do Estado
de São Paulo.



Atende aqui
(11) 9173-0651
(11) 3284-9000

Sua ART pode beneficiar o
Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo 31. Com isso, você destina 10% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

ENTENDIMENTO NACIONAL





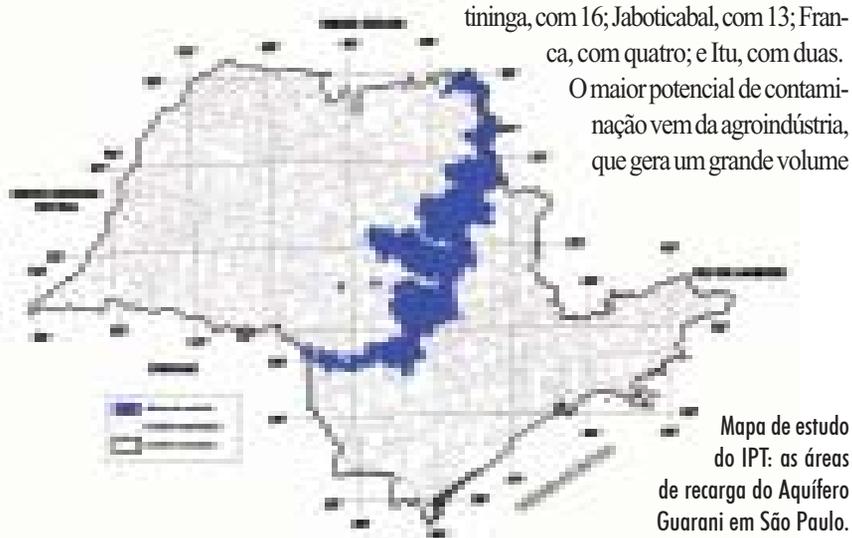
AQUÍFERO GUARANI AMEAÇADO

Lucélia Barbosa

UM LEVANTAMENTO realizado pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) em parceria com a Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) e outros órgãos ambientais constatou 317 fontes potenciais de contaminação nas áreas de recarga do Aquífero Guarani, que se estendem por 23.500km² do total de 142 mil quilômetros quadrados da reserva subterrânea em território paulista. O objetivo do estudo, ainda em andamento, é orientar o Governo Estadual na criação de uma lei específica com diretrizes mais restritivas para conservação qualitativa e quantitativa desses setores de alimentação do Guarani.

O primeiro lugar no *ranking* da concentração de pontos de risco ficou com a região de Araraquara, que soma 88. Um deles é um aterro de lixo que deve ser desativado até setembro, após um acordo entre a Prefeitura e a Promotoria do Meio Ambiente. Na segunda colocação ficou Ribeirão Preto, com 51 fontes potenciais. Em seguida, vem o distrito de Piracicaba, com 42; Pirassununga, com 31; Bauru, com 26; Botucatu, com 24; São José do Rio Pardo, com 20; Itapeitinga, com 16; Jaboticabal, com 13; Franca, com quatro; e Itu, com duas.

O maior potencial de contaminação vem da agroindústria, que gera um grande volume



Mapa de estudo do IPT: as áreas de recarga do Aquífero Guarani em São Paulo.

de resíduos líquidos e sólidos lançados no solo das áreas de recarga do Guarani. As atividades que predominam nessa região são alimentícia, canaveieira e mecânica-metalúrgica.

Para o presidente da Abas (Associação Brasileira de Águas Subterrâneas), Everton Luiz da Costa Souza, a ocupação urbana desordenada e irregular, os postos de combustíveis que apresentam vazamento de óleo ou gasolina, os lixões e a falta de saneamento básico são outros fatores que concorrem fortemente à contaminação das águas subterrâneas.

Além disso, os poços artesanais clandestinos também são considerados um risco. “Aqui em Ribeirão Preto, nós criamos zonas de restrição para novas perfurações, que ficaram limitadas ao abastecimento público. Existe um rebaixamento do lençol muito intenso e isso pode vir a comprometer o abastecimento futuro da cidade, que depende 100% das águas do Guarani”, informa Carlos Alencastre, diretor regional do Dae (Departamento Estadual de Água e Energia Elétrica). Outra atividade que requer atenção, segundo ele, é o uso e a ocupação do solo pela agricultura. “Se os produtores jogarem pesticidas na lavoura, podem gerar uma contaminação nas faixas de recarga.”

Melhor prevenir que remediar

Apesar das ameaças, de acordo com o hidrogeólogo José Luiz Albuquerque, responsável pela pesquisa, “até o momento não foi constatado nenhum traço de contaminação nas águas do Guarani”. No entanto, ele alerta para a necessidade das medidas de conservação. Embora a parte confinada do aquífero seja protegida por uma camada rochosa de basalto, a principal preocupação é que a poluição presente na superfície

penetre o subsolo e cause a contaminação durante o processo de recarregamento do reservatório pelas chuvas. “O movimento das águas subterrâneas é bem mais lento, o que faz com que a diluição do contaminante seja retardada, mas o custo para limpar é tão alto que torna inviável a sua utilização”, explica Alencastre.

Paralelamente, os pesquisadores do IPT desenvolvem também um mapa de vulnerabilidade das áreas de recarga do aquífero. “Nós estamos começando a mapear as profundidades do lençol freático e as características do solo. Vamos examinar cerca de 500 poços para obter a informação precisa sobre a camada geológica. A ideia é cruzar as informações para indicar as áreas onde o solo tem menos impedimento à contaminação”, informa Albuquerque.

Bem precioso

Considerado a maior reserva de água doce da América do Sul, o Aquífero Guarani possui aproximadamente 1,2 milhão de quilômetros quadrados, abrangendo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. No território nacional, a reserva ocupa uma área de cerca de 900 mil quilômetros quadrados, passando pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Conforme Alencastre, a importância da reserva é ecológica, econômica e social. “O Guarani desempenha um papel fundamental no abastecimento público de inúmeros municípios, seja de forma integral ou complementar. Temos que preservar essa riqueza e ter consciência de que podemos comprometer o abastecimento futuro das populações se não tomarmos medidas rigorosas agora.”

DELEGACIAS DO SINDICATO – **ALTA MOGIANA:** Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. **ARAÇATUBA:** R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. **ARARAQUARA:** R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. **BAIXADA SANTISTA:** Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. **BARRETOS:** Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. **BAURU:** R. Domiciano Silva, 6-47 – CEP: 17014-031 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. **BOTUCATU:** R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. **CAMPINAS:** R. Antônio Lapa, 1.162 – CEP: 13025-242 – Tels.: (19) 3251-8455 / 4220 – Fax: (19) 3251-8996 – E-mail: campinas@seesp.org.br. **FRANCA:** R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. **GRANDE ABC:** R. Antônio Bastos, 664 – Santo André – CEP: 09040-220 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. **GUARATINGUETÁ:** R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. **JACAREÍ:** Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. **JUNDIAÍ:** R. Marechal Deodoro da Fonseca, 51 – CEP: 13201-002 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaseesp@terra.com.br. **LINS:** Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3523-2890 – E-mail: seesplins@terra.com.br. **MARÍLIA:** R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. **MOGI DAS CRUZES:** R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – Tel.: (11) 4726-5066 – E-mail: mogidascruzes@seesp.org.br. **PINDAMONHANGABA:** R. Dr. Rubião Junior, 192 – 2º andar – sala 25 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. **PIRACICABA:** R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. **PRESIDENTE PRUDENTE:** R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. **RIO CLARO:** R. Cinco, 538 – sala 3 – CEP: 13500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. **SÃO CARLOS:** R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS:** R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seespsjc@hotmail.com. **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO:** R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tels./Fax: (17) 3232-6299 - 231-2544 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. **SOROCABA:** R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. **TAUBATÉ:** Rua Juca Esteves, 35 – CEP: 12080-330 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: seesptaubate@vivax.com.br.

Em debate, assistência técnica pública e gratuita

Soraya Misleh

DISCUTIR PROPOSTAS à implementação da Lei nº 11.888/08 – em vigor desde 24 de junho último, que institui a assistência técnica pública e gratuita à população de baixa renda – foi objetivo do Seminário Estadual “Assistência técnica gratuita”. Realizado em 7 de agosto último, na sede do SEESP, em São Paulo, reuniu aproximadamente 120 participantes. Promovida por essa entidade, em conjunto com o Sasp (Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo) e a Caixa Econômica Federal, a iniciativa contou com diversos apoios, entre os quais do Ministério das Cidades.

Serviu como preparação ao seminário nacional sobre o assunto, que se realizaria nos dias 17 e 18 do mesmo mês, também na Capital paulista, no Braston Hotel. Neste, o SEESP apresentaria a experiência bem-sucedida do Promore (Programa de Moradia Econômica) em Bauru. Sua proposta é de que tal iniciativa – hoje já funcionando em outras cidades do Interior do Estado – sirva como modelo à implementação da engenharia pública.

No seminário em São Paulo, além de ter sido evidenciada a necessidade de se espelhar em boas práticas, a premência de se pensar o modelo de gestão, operacionalização e financiamento da assistência técnica pública e gratuita foi explicitada. “Para nós, essa discussão sobre engenharia pública é extremamente importante neste momento em que voltamos a pensar o desenvolvimento”, afirmou à abertura do evento Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente do SEESP e da FNE (Federação Nacional dos Engenheiros). Bandeira histórica de luta da categoria, como lembrou ele, sua implementação é fundamental. “Queremos cerrar fileiras com todos vocês para que a gente possa trazer um ganho de qualidade na questão da habitação.” Também na opinião de Junia Santa Rosa, diretora da Secretaria Nacional da Habitação, o momento é oportuno para que se faça a discussão sobre assistência técnica, “um tema pendente na agenda do desenvolvimento urbano”.

Segundo ela, no Ministério das Cidades, ao qual é vinculada sua pasta, a preocupação é garantir que a habitação seja instituída como política de Estado e não de governo. Nesse contexto, a assistência técnica – presente desde o Estatuto da Cidade, mas que carecia de arcabouço legal – está inserida como linha estruturante dentro do plano nacional para o setor. “Temos que garantir

de forma perene recursos e institucionalidade à moradia digna numa política para a área.”

Para este ano, já estão previstos no FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) R\$ 60 milhões para tanto, anunciou Santa Rosa. A São Paulo, o chefe de gabinete da Secretaria Estadual da Habitação, que coordena o plano paulista para a área, Eduardo Trani, informou que o Governo Serra, como contrapartida, deve complementar o percentual destinado pelo FNHIS para assistência técnica ao Estado no próximo ano. Assim, poderá crescer a esse montante algo entre 25% e 30%, provenientes do FPHIS (Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social). “Podemos alavancar mais recursos a partir da dotação orçamentária de 2010.”

SUS da moradia

Iniciativas como essa podem servir ao apoio em especial às pequenas cidades, como recomendou Santa Rosa. Segundo ela, mais de 4 mil municípios em todo o Brasil têm menos de 20 mil habitantes e é preciso pensar em contrapartidas para garantir a implementação e efetividade da assistência técnica pública e gratuita nesses locais. Além disso, é necessário que cada estado e município aprove suas leis para a institucionalização do serviço – o qual, como lembraram a diretora e o deputado federal Fernando Chucre (PSDB-SP), não deve se restringir a unidades novas, mas abranger também reforma, ampliação e regularização fundiária, como, aliás, prevê a Lei nº 11.888. Na seara de habitações irregulares, encontra-se, inclusive, parte significativa do problema. “Temos de 16 a 20 milhões de famílias no Brasil que moram inadequadamente”, enfatizou o parlamentar, para quem esse talvez seja o maior espaço a ser ocupado por profissionais de engenharia, arquitetura e outros. A oportunidade que se abre a esses foi ainda ressaltada por

Paulo Eduardo Grava, vice-presidente do Crea-SP (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo). Chucre levantou também a preocupação quanto à não padronização dos projetos. O SEESP defende igualmente sua personalização, a exemplo do que já vem sendo feito com o Promore.

Autor de projeto de lei que dispõe sobre assistência técnica pública e gratuita e tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo, o deputado estadual Marcos Martins (PT) destacou que sua proposta “seria um complemento à Lei nº 11.888 para adequação no Estado”. Na sua ótica, a maioria das casas em que não se aproveita a luminosidade natural e a ventilação e sofre com mofo e umidade é por falta de assistência técnica. Portanto, instituí-la equivale a assegurar o direito à moradia saudável, o que “diminuirá a procura nas unidades básicas de saúde”. Empolgado com a ideia, o vereador de Americana e coordenador da Câmara Temática de Habitação da Região Metropolitana de Campinas, Marco Antonio Alves Jorge, o Kim (PDT), acredita que “estamos iniciando a construção do SUS (Sistema Único de Saúde) da moradia e os legisladores municipais têm responsabilidade direta nisso”.

Entre as atribuições locais, está a instituição dos próprios conselhos de habitação até o final do ano. Esses, conforme explicou Carlos Augusto Ramos Kirchner, vice-presidente da Delegacia Sindical do SEESP em Bauru, vão fixar os critérios de funcionamento da assistência técnica. “Nossa proposta é que os honorários profissionais pela prestação dos serviços sejam definidos pelas entidades de classe e submetidos a esses fóruns para aprovação”, complementou.

A implantação da Lei nº 11.888 foi tema no SEESP, o qual apresenta Promore como um dos modelos a serem seguidos.



À abertura do evento, Santa Rosa, Kleyferson Porto (Caixa Econômica Federal), Martins, Daniel Amor (Sasp), Murilo Pinheiro, Grava, Chucre, Kim e Trani.



CRESCE MOBILIZAÇÃO *pela redução da jornada*

Soraya Misleh

NO DIA 14 DE AGOSTO ÚLTIMO, como parte da campanha unificada pela redução da jornada sem redução dos salários, realizaram-se atos públicos em todo o Brasil. Milhares de pessoas foram às ruas reivindicar, entre outros pontos, a diminuição na carga semanal de trabalho de 44h para 40h, bandeira de luta histórica do movimento sindical.

A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) nº 231/95 que institui a medida – e aumenta o adicional de hora extra de 50% para 75% – foi aprovada por unanimidade na Comissão Especial da Câmara dos Deputados em 30 de junho último. Com isso, foi aberto o caminho para votação no plenário dessa casa, em dois turnos. As manifestações do dia 14 foram o ponto culminante de uma série de iniciativas que já vinham sendo desenvolvidas pelos sindicalistas. Desde a volta do recesso parlamentar, como disse o deputado federal Paulo Pereira da Silva, o Paulinho (PDT-SP), presidente da Força Sindical, “embate importante está sendo travado na Câmara”. Uma das iniciativas tem sido a colocação de cartazes pela redução da jornada nas portas dos gabinetes dos deputados que concordem – portanto, demonstrando apoio à mudança constitucional. “Colamos até agora 260 cartazes e, para aprovação da matéria nessa casa, são necessários 309 votos”, enfatizou Paulinho.

Também integrando as ações unificadas, sindicalistas participaram de audiência com o presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), no dia 6 de agosto. Na oportunidade, Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente do SEESP, da FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) e da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), lembrou o peeme-

debista que o pleito feito tem importância não apenas para os trabalhadores, mas também para os cidadãos brasileiros em geral. E que a aprovação da redução da jornada seria um fato histórico, que marcaria sua gestão na Presidência da Câmara. Temer garantiu empenho para agilizar a tramitação da matéria, destacando que seu encaminhamento para plenário deve ocorrer após terminadas as discussões sobre o assunto. Ao debate, foi acertada nessa audiência a promoção de uma comissão geral, cuja plenária deve acontecer em 25 de agosto. Segundo divulgado pela *Agência Câmara*, a intenção dos sindicalistas é viabilizar a votação da PEC nessa casa na primeira ou segunda quinzena de setembro próximo. “O que joga a nosso favor são as eleições de 2010. Temos agora que aumentar a pressão em Brasília”, apostou Paulinho. Presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Wagner Gomes completa: “Vamos levar milhares de trabalhadores no dia da votação.”

Medida para enfrentar a crise

Como lembrou Pinheiro na audiência com Temer, toda a sociedade deve se beneficiar com a redução da jornada. Na ótica de Rosane Silva, secretária nacional da mulher trabalhadora da CUT (Central Única dos Trabalhadores), tal medida, historicamente, tem o sentido de minorar a exploração da mão de obra. E especificamente para as mulheres pode ter efeitos ainda mais positivos. “Além de permitir uma maior incorporação dessas ao mercado formal, possibilitará mais tempo livre para a construção da autonomia pessoal.” Ela utiliza dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2005 como explicação. “Com relação ao tempo dedicado ao trabalho doméstico e de cuidados, os homens gastam 9,8h semanais e as mulheres, 25,2h. Dessa forma, elas têm suas vidas reguladas pela dupla jornada. Para conseguir manter ambas, reduzem o tempo livre.”

Ao enfrentamento da crise financeira global, a mudança constitucional cumpre papel preponderante, como destaca o economista do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Cássio Calvete: “A saída é justamente aquecer o mercado interno e essa é uma medida que vai ao encontro disso. Seu potencial é de geração de 2,5 milhões de postos de trabalho, a depender de outros fatores, como a limitação de horas extras.” Em prol do seu argumento, ele lembra que em 1988 o cenário

era de recessão econômica e, mesmo assim, ao se reduzir a jornada de 48h para 44h, o impacto foi positivo em termos de criação de empregos. “Foi feito um estudo pela UnB (*Universidade de Brasília*) que indicou em torno de 1% de novos postos apenas na região de São Paulo, mesmo sem outras medidas efetivas.”

Segundo enumerou Calvete, análise do Dieese identifica que, além de aquecer a economia e melhorar a distribuição de renda, ao aumentar o salário/hora dos profissionais e empregar mais pessoas, a redução da jornada culminará na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e diminuição de doenças ocupacionais, bem como de estresse e depressão associados a períodos muito longos de trabalho. João Guilherme Vargas Netto, analista político e sindical do SEESP, resalta também que a aprovação da PEC ampliará as condições de qualificação profissional.

Iniciativas já incluíram realização de atos unificados em todo o Brasil e gestões junto a parlamentares.

Não obstante, o empresariado resiste, utilizando justificativa inversa: a de que a conjuntura global não é favorável à mudança. Para a CNI (Confederação Nacional da Indústria), especialmente neste momento em que a economia brasileira enfrenta os efeitos nefastos da recessão mundial, a redução na jornada de trabalho, sem o ajuste correspondente nos salários, comprometerá a competitividade das empresas. Na sua ótica, esse tema deve continuar a ser negociado entre as partes. Artur Henrique da Silva Santos, presidente da CUT nacional, refuta esse argumento: “Esse movimento não se estabelece, tendo em vista seus ganhos de produtividade.”

Para vencer a resistência e garantir a aprovação no Legislativo, Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho, diretor de documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), destaca que é necessária mobilização. Portanto, o movimento sindical está no caminho correto. Percurso, inclusive, já feito por vários países do mundo, nos quais, como salienta Antonio Carlos dos Reis, o Salim, vice-presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), o Salim, jornada inferior a 44h é fato consumado.



Laiz Crivinel

Em audiência com sindicalistas, Temer (à cabeceira da mesa, sentado) garantiu empenho para agilizar tramitação da matéria.



Legislação profissional é tema no Interior do Estado

Estão sendo realizadas em todas as delegacias sindicais do SEESP apresentações sobre “Legislação profissional”. Tais iniciativas integram o PEC (Programa de Educação Continuada), recentemente implantado pela Caep (Comissão de Assuntos do Exercício Profissional) do SEESP. Sob a coordenação do engenheiro Antonio Octaviano, o objetivo é o repasse de informações sobre o assunto aos profissionais da área – nos moldes de curso proferido em parceria com o sindicato pelo professor Otaviano Eugênio Batista, do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), na sede dessa entidade, em São Paulo, no mês de março último, destinado aos diretores do SEESP.



Em Jacareí, cerca de 45 profissionais assistiram a palestra.

Com esse mote, em 22 de julho ocorreu apresentação em Jacareí e em 4 de agosto, em Botucatu. Em ambas, foram abordados por dirigentes do sindicato aspectos importantes da legislação, como registro, regulamentação e organização das profissões, ART (anotação de responsabilidade técnica) e acervo técnico.

Esses eventos servirão como preparação para a realização dos seminários iniciais sobre legislação profissional, previstos para ocorrer de setembro a novembro deste ano na Capital e em todas as cidades nas quais o SEESP conta com delegacias. Com isso, a meta é avaliar a atualidade e eventuais alterações na Lei nº 5.194/66, que regulamenta as profissões da área tecnológica.



Percorrendo o Interior, o tema foi também abordado em Botucatu.

Bauru discutirá iluminação pública

Em 27 e 28 de agosto será realizado na cidade, pela Assenag (Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Bauru), com apoio da Delegacia Sindical do SEESP na localidade, seminário intitulado “Gestão municipal de iluminação pública”. O tema é premente, tendo em vista discussão sobre a atualização de alguns artigos sobre iluminação pública da Resolução nº 456/2000, da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). Essa estabelece as condições gerais do fornecimento de energia. Entre os convidados ao evento em Bauru, Ricardo Vidinich, superintendente de Regulação de Comercialização da Aneel. Mais informações e inscrições pelo telefone (14) 3224-3206 e e-mail seminario_ip@assenag.org.br.



Acordos aprovados

Cesp e Emae – Os engenheiros que atuam nas empresas, reunidos em assembleias respectivamente nos dias 5 e 7 de agosto, aprovaram as contrapropostas das companhias para assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2010 (data-base em 1º de junho). Destacam-se em ambos: manutenção da cláusula de gerenciamento de pessoal com estabilidade no emprego até 1º de junho de 2010 a 98% do quadro funcional existente em 31 de maio de 2009; reajuste de 5,48% sobre os salários, retroativo à data-base; distribuição de até uma folha nominal (salário base + vantagem pessoal + gratificação de função) como pagamento da PRR 2010 (Política de Remuneração por Resultados); reajuste de 5,11% sobre os demais benefícios e vantagens de caráter econômico.

Elektro – Em assembleia no dia 11 de agosto, os engenheiros que atuam na

Elektro aprovaram o Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2013 (data-base em 1º de junho). Esse abrange 5,2% de reajuste salarial mais 1,2% de verba para movimentação de pessoal, o que totaliza 6,4%, retroativos a 31 de maio de 2009; reajuste de 7% sobre vale-alimentação, vale-refeição, cesta básica e auxílio-creche e de 6,4% sobre os demais benefícios de caráter econômico, além de extensão do acordo por dois anos, prorrogáveis por mais dois.

CET – Os engenheiros que trabalham na CET (data-base em 1º de maio) aprovaram a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2010 em assembleia no dia 5 de agosto. Tal engloba reajuste de 6,05% (IPC/Fipe) sobre o salário de abril de 2009, pagos de forma parcelada, sendo 5% agora, retroativos à data-base, PPR 2010 (Programa de Participação nos Resultados) no valor máximo de R\$ 2.280,00, o que corresponde a 8,57% a mais em relação ao anterior, e manutenção de cláusulas preexistentes.

Liondas

SOFTWARES

Tecnologia em Acesso e Ponto

Controle de Acesso

- * Softwares Web
- * Catracas
- * Torniquetes
- * Cancelas
- * CFTV e Cameras



Fones: (11) 3592.4222

www.liondas.com.br
vendas@liondas.com.br



Oportunidades

Segundo levantamento feito até dia 6 de agosto, a área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional do SEESP dispõe de vagas para engenheiros nas seguintes modalidades e quantidades assinaladas: civil, mecânica, elétrica e eletrônica (uma cada). Para se cadastrar e inserir seu currículo, acesse o [site www.seesp.org.br](http://www.seesp.org.br), link Oportunidade Profissional. Mais informações pelo telefone (11) 3113-2666.